

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-02-2018.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 340/17 (Processo nº 3037/17), de autoria de Adeli Sell; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 363 e 374/17 (Processos nºs 3141 e 3196/17, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 323/17 e o Projeto de Resolução nº 060/17 (Processos nºs 2923 e 2921/17, respectivamente), de autoria de Baba Diba de Iyemonja; o Projeto de Lei do Legislativo nº 345/17 (Processo nº 3059/17), de autoria de Cláudio Conceição; o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 014/17 (Processo nº 2450/17), de autoria de Mauro Pinheiro; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 022 e 226/17 (Processos nºs 0366 e 2058/17, respectivamente), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foi apregoado o Memorando nº 002/18, do Presidente, informando que Mônica Leal representaria externamente este Legislativo, no dia quatorze de fevereiro do corrente, no ato de entrega de ambulância para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, às quatorze horas, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Rodrigo Maroni, Cláudio Janta, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Comandante Nádia e Mônica Leal. Às quinze horas e dezenove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 152/17 (Processo nº 1354/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 163/17 (Processo nº 1435/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 013/18 (Processo nº 0208/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/16 (Processo nº

2749/16), após ser discutido por Moisés Barboza e encaminhado à votação por Sofia Cavedon. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/16, por treze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/16, por vinte e nove votos SIM, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 318/17 (Processo nº 2869/17), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando renovação da votação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/16. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/17 (Processo nº 0798/17), o qual, após ser discutido por Airto Ferronato, Adeli Sell, Cláudio Janta, Idenir Cecchim e Moisés Barboza, teve sua discussão suspensa, em face de Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, aprovado, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, Requerimento esse que obteve vinte e quatro votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Professor Wambert, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon e Não Professor Wambert. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 206/14 (Processo nº 2178/14), o qual, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Professor Wambert e Airto Ferronato, teve sua discussão suspensa, em face de Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, aprovado, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Durante a Sessão,

Fernanda Melchionna e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de João Dib, ex-vereador deste Legislativo, e de Antonio Gornatti. Às dezesseis horas e trinta minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Reginaldo Pujol, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos nesta quarta-feira de cinzas; público que nos assiste pela TVCâmara; eu venho, em nome do meu partido, o PSOL, fazer uso da tribuna neste momento – portanto, falo em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, nossa Líder, e do Ver. Roberto Robaina – fazer um alerta à população de Porto Alegre. No ano passado, em fevereiro de 2017, o recém empossado Secretário da Educação desta Cidade, Sr. Adriano Naves de Brito, assumiu o posto afirmando categoricamente que alguma coisa precisava acontecer com a educação no Município de Porto Alegre. Citou diversos índices, usou o exemplo de uma aluna da rede municipal, a Gabriele, o que deixou bastante constrangidas e envergonhadas todas as pessoas que lutam para levar a educação até a periferia da nossa Cidade, e o Secretário, não sei se dotado de boas intenções ou de más intenções – más, porque, quando o indivíduo tem por único objetivo precarizar o máximo possível uma rede municipal de ensino para então esquartejá-la e entregar um serviço prestado à população para a iniciativa privada, eu vejo isso com péssimos olhos. Péssimos olhos, porque, quando se julga ou quando se avalia a educação como um negócio, nós estamos começando muito mal. Muito mal. O Secretário, dotado de uma argumentação, uma retórica de que precisava intervir na rede modificando alguns dos seus procedimentos para qualificar a educação das nossas crianças, mexe na rotina escolar e começa a atacar a dinâmica organizada dentro de cada escola deste Município. Pois bem, os ataques à educação continuam, porque no ano passado faltou RH, muitas escolas não tinham o contingente de profissionais para prestar os serviços às nossas crianças, e isso não se alterou porque nós temos mais um ano de quadro de RH deficitário nas nossas escolas, e, pelo visto, a Prefeitura não está se mobilizando para isso, pois os concursos que estavam ainda em vigência estão tendo seus prazos expirados, temos falta de professores nas escolas e não há a menor perspectiva de abertura de um novo concurso público. Portanto, vai faltar efetivo, vai faltar o serviço para as nossas crianças e adolescentes.

E agora, trago aqui o jornal Zero Hora do último final de semana com a notícia de que a Prefeitura muda a norma que permitia aos professores trabalharem em casa. Eis a questão: os professores apresentam dentro do seu contrato horas de

planejamento, planejamento esse que vai fazer com que nós possamos analisar o andamento dos trabalhos nas nossas salas de aula e organizar a nossa rotina de trabalho semanal; é o período também para nós possamos elaborar provas, elaborar trabalhos e corrigir essas avaliações. O Secretário obriga todos os professores e professoras a cumprirem essa parte da sua jornada de trabalho – porque isso é trabalho, sim! – dentro das escolas. Quem conhece as nossas escolas sabe que a sala dos professores mal tem espaço para que nós possamos descansar durante o recreio. Agora, o professor vai ter que organizar a sua rotina de trabalho num ambiente minúsculo, que mal acomoda os professores sentados no período de descanso, para que eles tenham que organizar a sua rotina de trabalho? Os professores fazem isso nas suas casas, usando os seus computadores, usando os seus recursos usando a sua biblioteca. Nós não podemos transferir todos os nossos equipamentos para dentro da sala dos professores para fazermos essa atividade. Portanto, fica aqui o meu alerta: isso não é racional! E não é produtivo obrigar os professores a fazer o seu planejamento e a sua organização semanal num lugar onde não tem espaço. Não temos espaço físico, não temos equipamentos e não temos uma biblioteca satisfatória que possamos utilizar para organizar a nossa rotina laboral. Portanto, é uma enorme incapacidade de analisar a realidade e propor algo produtivo à nossa Cidade, algo que efetivamente construa e melhore a educação em Porto Alegre. O que o Secretário tem feito é bobagem – é bobagem! –, é coisa de quem não conhece a realidade e está naquele cargo somente para atrapalhar aqueles que tentam melhorar nossa cidade. Um grande abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir José Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR JOSÉ OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Valter, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha aqui a nossa Sessão nesta tarde. Quero saudar também o Secretário Ramiro, que está aqui dialogando com os Vereadores – inclusive tem sido aqui, Ramiro, pauta fundamental nesta Casa, a capina, o roçado e o abandono da Cidade pela gestão pública. Sei que V. Sa. tem se esforçado em tentar dar alguns retornos importantes. Não foi por acaso que estava na imprensa hoje dando algumas explicações sobre alguns contratos. Mas a verdade é esta: um período de extrema importância para a cidade de Porto Alegre, janeiro, fevereiro, quando também muitos turistas circulam por aqui e percebem essa má impressão da Cidade, que Porto Alegre está praticamente abandonada; de fato, em algumas regiões o mato está muito alto. E nós reforçamos aqui, Ramiro, o apelo para que V. Exa. faça o esforço maior possível para que não só renove esses contratos, mas que, de fato, ofereça ao cidadão de Porto Alegre uma cidade mais aprazível, uma cidade que se estabeleceu acho que como referência mundial com relação ao Fórum Social Mundial, uma cidade que é muito olhada como a democracia participativa, como a referência, em que todos os Prefeitos têm viajado pelo mundo falando sobre a democracia participativa, que

atualmente, infelizmente, não está acontecendo. Mas mais do que isso, Porto Alegre está, em todo momento, na mídia por várias razões – uma delas é a questão da violência. Não é só o Rio de Janeiro, porque me parece que a Globo lá está muito em cima dos governantes e em todo momento procura pautar a questão da violência, mas nós aqui percebemos que muitas vezes isso fica muito escondido. Se a imprensa não pautar a questão da violência, ela na verdade dá uma impressão que não existe aqui nada que possa estar agravando a vida do cidadão, e todo santo dia acontece, sim, seja através do tráfico, seja através de muitos cidadãos que bebem demais e que acabam criando inúmeros acidentes no trânsito, ou também pela falta de acesso à questão da educação, e possivelmente vamos enfrentar isso em março com relação às vagas oferecidas pelo gestor público nas escolas públicas.

Então, em nome da bancada, quero fazer um apelo ao governante – afinal de contas estamos em fevereiro, afinal de contas dizem que a maior parte dos governantes caem na real e começam a governar após o carnaval. Chegou o fim do carnaval, não é mesmo? Não dá para querer entrar a igreja no período de quaresma imaginando que ainda é tempo de folia. E nós escutamos um recado interessante das escolas de samba do Rio de Janeiro, a famosa Escola Tuiuti, que fez uma exposição da dura e triste realidade brasileira, que mostra a grande insatisfação do povo, mas mais do que isso, a rejeição dos políticos, a rejeição dos gestores públicos, que é exorbitante. Jamais se viu no cenário brasileiro, e tenho certeza de que aqui no Estado do Rio Grande do Sul, como também em Porto Alegre, esta enorme rejeição à política. Claro, este é um ano eleitoral, obviamente que a população terá a oportunidade de fazer suas escolhas, mas, sinceramente, alguns governantes deixam muito, mas muito a desejar na sua grande maioria, e os três cenários que vivemos são os piores possíveis. Não dá para confiar, porque há uma reforma em cima da outra, retirando conquistas do cidadão, há uma reforma em cima da outra provocando privatizações, uma enorme demissão de milhares de servidores públicos, e há uma reforma da Previdência que é escandalosa, em que se retiram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras conquistados ao longo de centenas de anos. Portanto, foi muito oportuna a manifestação da Escola Tuiuti, no Rio de Janeiro, que demonstra claramente a enorme rejeição aos políticos, por falta de gestão pública, por falta de atenção aos cidadãos e por falta de acesso àquilo que é mais sagrado como, por exemplo, uma consulta médica, uma vaga numa creche, numa escola e assim por diante. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Vereadores e Vereadoras. Eu queria, primeiramente, fazer uma saudação ao Simpa, que está aqui dizendo que este vai ser um ano que vai necessitar de bastante diálogo com o funcionalismo, com os colegas da Casa, aqui da Câmara Municipal, e eu quero, mais uma vez, me colocar à disposição

para que a gente crie essa interlocução, que não chegue a momentos como se chegou no ano passado, limítrofes, de guerra, de briga, de uma greve extensa, de pressão, a gente discutindo sobre isso no final do ano passado, no Natal.

Neste final de semana eu falava, Ramiro, sobre a posição dos servidores, que é natural, eles têm essa posição. No momento em que mexes em direitos, em coisas que já são... Naturalmente vai haver sempre uma dificuldade, mas vai ser fundamental ter sensibilidade por parte do Governo – Moisés, nós, que fazemos parte da base aliada aqui – em colaborar para tentar achar alternativas para isso. O próprio IPTU, na minha opinião, não foi tão polêmico, apesar de não ter passado, quanto a questão dos servidores. Vai ser fundamental nós termos essa sensibilidade para construir um ano bom, uma boa relação com os servidores, que são parte fundamental de qualquer gestão e da Cidade.

Mas eu venho para falar sobre uma questão que nem eu imaginava o quão grave era a realidade antes de entrar aqui como Vereador, que é a questão das rinhas de galo e de pit bull. A estimativa que se tem, para vocês terem uma ideia, é que há em torno de oito mil rinhadores no Rio Grande do Sul. Eles se chamam de rinhadores ou galistas. Era algo tradicional e comum 20, 30 anos atrás. Era aberto, inclusive, tinha jogo, jogo do osso, que continua tendo e tal. Mas eu não imaginava que as rinhas eram tão grandes. O pior de tudo é que a polícia, só eventualmente, consegue fazer uma prisão em rinhas de galos que vão até a morte. No México, por exemplo, é liberado, é um jogo como o futebol. Se vocês botarem no YouTube vídeos do México, vocês vão ver que as apostas nas rinhas são liberadas. No Brasil, apesar de as rinhas não serem liberadas, tem oito mil rinhadores ou galistas, como se chamam, aqui no Rio Grande do Sul. Qual é a problemática que nós, que defendemos a causa animal, enfrentamos? Além dos criatórios que tem para que esses galos sejam superpotentes, tem até aquelas luvinhas de metal e bico, é que quem faz parte das rinhas, a maior parte dos rinhadores, os investidores mesmo, apesar de parecer, não são pessoas ignorantes. Não é o pobre da colônia, aquele que tem uma galinha lá, um galo, ou um pit bull. Os galos chegam a valer R\$ 15 mil ou R\$ 20 mil cada um. As apostas são altíssimas, giram em torno de oitenta, cem, cento e poucos mil reais. E quem é que está envolvido nisso? Aí é que entra. Quem está envolvido nisso, quando a gente vai pesquisar e entra a fundo? Na verdade, são grandes empresários, grandes traficantes e muitas pessoas de grandes poderes. Eu não vou entrar no mérito, até porque a gente tem que ter prova, mas em toda investigação da polícia se chega que são pessoas envolvidas nos grandes poderes que fazem aposta nas rinhas. Lamentavelmente, essa barbárie, essa crueldade gira muita grana. Eu fui visitar, aqui em Porto Alegre, cinco ou seis casas onde são montadas as arenas para serem realizadas as rinhas de galos e as brigas de pit bull. É algo absurdamente cruel, que ocorre em casas, com uma arena montada – é como o Píer 12, de Florianópolis –, com piscina ao redor. Então, os traficantes, os empresários, gente do poder, se misturam todos, e não temos nem como fazer a acusação, porque quem defende, está junto. Esses indivíduos levam prostitutas para esse local, tudo regado a bastante bebida alcoólica, porque são pessoas que têm dinheiro, para verem os bichos se matarem. E para quem acha que isso ocorre em outro país, em outra cidade, digo que

não: é aqui, nos bairros Chácara das Pedras, Tristeza, em bairros nobres de Porto Alegre, em casarões alugados ou comprados por essas pessoas e mantidos por esse tipo de atividade. Infelizmente, ficamos de mãos atadas, porque quando chegamos lá para averiguar, não podemos entrar, porque temos que ter mandado. E para construir o mandado, como há o envolvimento de pessoas de todos os poderes, é muito complicado. Essa é a triste realidade dos animais que vivenciam essas rinhãs, que, às vezes, acaba levando esses animais à morte.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou falar aqui de um fato que ocorreu em todo o Brasil. Nós vimos nos noticiários que a cidade do Rio de Janeiro recebeu quase 2 milhões de pessoas; que a cidade de Salvador também recebeu quase o mesmo número de pessoas; que a cidade de Recife recebeu em torno de 1,8 milhão de pessoas; que a cidade de São Paulo recebeu perto de um milhão de pessoas – tudo isso em função do carnaval. Se as pessoas que chegaram nessas cidades – sem falar em outras cidades sem grandes expressões no carnaval, como Florianópolis, como as do interior de Minas Gerais, do Maranhão –, calculando que cada turista gastou em torno de R\$ 200,00, olha o que movimentou a economia dessas cidades. Em compensação, a gente viu a nossa Cidade não ter nada, a nossa Cidade não apareceu, como a gente viu nos jornais o carnaval de Jaguarão, de Alegrete, de Rio Grande, de Pelotas, de várias cidades Rio Grande do Sul, inclusive cidades que não usaram recursos públicos. Eu não estou aqui defendendo o uso de recursos públicos; estou aqui defendendo uma parceria do Município como foi feito em várias cidades para ir atrás de parceiros para realizar esse grande evento popular, reconhecido no mundo inteiro e que traz milhares e milhares de turistas ao Brasil, movimentando a economia, o que não vem ocorrendo na nossa Cidade. Na nossa Cidade, o movimento popular está acéfalo, abandonado.

Esta Casa se debruçou, no final do ano, prorrogando por algumas Sessões a votação da entrega do Complexo Cultural do Porto Seco para as ligas, em função de que a Prefeitura desse o mínimo necessário: limpeza, capina, banheiros – uma estrutura mínima para o carnaval funcionar em Porto Alegre. Isso foi vetado pelo Paço Municipal. Se há interesse do Município – isso foi comprovado em várias cidades –, ele pode chamar as empresas e realizar um grande evento. Isso foi realizado em dezenas de cidades no Brasil, a famosa parceria público-privada, em que se viu escolas de samba fazendo grandes protestos do que ocorre no Brasil hoje quanto à corrupção, quanto à roubalheira, quanto ao desemprego, à retirada de direitos. E se viu o povo se divertir, o povo pular o carnaval e festejar. Também vimos os trios elétricos em Salvador, o frevo e o maracatu em Recife, os blocos no Rio de Janeiro e São Paulo, agora, aqui, em Porto Alegre, a dificuldade dos blocos irem às ruas foi grande. Pior, não há nenhuma

infraestrutura, nesse período, disponível à população de Porto Alegre, quando não estão os blocos, mas quando a população quer ir às ruas. Isso aconteceu no Ano-Novo, isso vai acontecer em outras datas. Uma cidade – isso já está escrito em vários jornais – como a nossa, merece ter estruturas fixas ou móveis disponíveis à população de Porto Alegre. Cabe não somente a nós procurarmos saídas; nós estamos procurando saídas – e tivemos isso na semana passada, como foi com o Fundo da Defesa Civil – e muitas vezes essas saídas vêm vetadas pelo Executivo, Ver. Pujol. Muitas vezes esta Casa procura saídas como foi o projeto do Fundo de Segurança que foi vetado pelo Executivo. Foram vários projetos que esta Casa fez no decorrer do ano passado, procurando uma saída para a cidade de Porto Alegre, e foi ceifado o direito desta Casa de ajudar a construir uma cidade melhor para todos viverem.

Então, eu faço essa reflexão nessa grande data popular, nessa grande data onde todos são iguais neste País, que é o carnaval, onde a nossa Cidade continua não podendo aparecer, como foi no Ano-Novo, nos jornais, mostrando a alegria do povo de se divertir, a alegria do povo de participar dessa grande festa popular. Muito obrigado, Sr, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Agradeço novamente, já que são as primeiras manifestações do ano. O ano efetivamente começa hoje, então, agradeço a confiança do meu partido, o Partido dos Trabalhadores e o PSOL, por este espaço em que pretendo falar sobre as questões que são de consenso entre os dois partidos identificados como partidos de oposição. Não tenho como começar esta quarta-feira a não ser falando da questão do carnaval que se passou nesses dias, e de como a Prefeitura não agiu para poder organizar ou fornecer as condições mínimas de limpeza, de organização da Cidade, para essa que é uma das festas mais populares e talvez um dos poucos espaços públicos e de diversão que sobrou na nossa Cidade – tirando a diversão paga dos clubes, ou outros tipos de diversões, a diversão da rua, dos movimentos populares que se reúnem e saem às ruas para comemorar o carnaval, essa festa tão popular no Brasil. Nós não estamos aqui defendendo, logicamente, a sujeira e o fato de existirem cidadãos e cidadãs que não tenham respeito pelo espaço público e largam ali o seu lixo, largam o seu resíduo no meio da rua – é lógico que é indefensável uma pessoa que faz isso.

Outra coisa é não fornecer condições mínimas para que o cidadão possa se divertir sem precisar pagar. Estou falando aqui do mínimo de organização, da questão de banheiros, de lixeiras nas ruas, que não existem. Então, vejam, nós aqui não podemos ficar reféns da diversão paga; temos a possibilidade, já é tradição na nossa Cidade, dos blocos que saem na Cidade Baixa – é uma festa popular, cultural, mas a

Prefeitura tem que cumprir o seu papel. Já no *reveillon*, é importante dizer, a Prefeitura nessa ladainha perpétua que fala da crise, da falta de recursos, acaba se omitindo inclusive de um papel de articulação das forças vivas da sociedade. Não necessariamente, uma festa, para ser boa, precisa ter dinheiro, porque, muitas vezes, as forças, a energia, a criatividade estão na própria sociedade. Mas a Prefeitura tem, inclusive, se omitido de fazer esse papel de chamamento, de articulação e de organização desses espaços, desses momentos tão importantes para a Cidade. Foi assim no *reveillon*, foi assim nesses dias de carnaval. Então, é uma pena que alguns órgãos de imprensa prefiram dar mais ênfase à sujeira, porque realmente não tem uma foto tão forte, tão chocante que simbolize o que aconteceu com a sujeira, mas eu queria a foto do Prefeito sem ação, do Prefeito que não chamou a sociedade, não chamou os blocos, não tentou organizar e aí o problema de que alguns descumprem os padrões mínimos de civilidade não pode ser englobado no todo daquelas pessoas que passaram por ali e se divertiram ao longo dos dias de carnaval. Então, quero aqui deixar o lamento que a atual gestão, hoje, na entrevista do Vice-Prefeito Paim, mais uma vez, repete a fala de um ano atrás; continua falando da crise, dos problemas, que a Cidade está sem a capina, está abandonada. Isso talvez servisse nos primeiros meses da gestão, Ver. Oliboni – talvez, nos primeiros meses, caberia esse discurso. Mas, passado mais de um ano... Quero aqui lembrar sempre que o ex-Prefeito Fortunati, logo depois de eleito, encaminhava projetos de lei para esta Casa e outros projetos, já a pedido do Prefeito eleito. Fazia isso por entender que já havia um novo Prefeito eleito, ainda que não tivesse tomado posse, portanto, os seus pedidos deveriam ser atendidos.

Então, temos aí uma gestão que está há bem mais do que um ano, estaria desde outubro de 2016 no comando da Cidade, em alguma medida, inclusive, antes mesmo da sua posse. Nós gostaríamos que a Prefeitura tivesse uma ação pró-ativa, que fizesse o seu papel e deixasse de ser um profeta da crise, inclusive, uma crise duvidosa, uma crise, na verdade, que revela uma inoperância e uma falta de gestão.

Então, fica aqui o alerta, não só dos partidos de oposição – Ver. Janta, que subiu à tribuna agora há pouco, que não está formalmente na oposição, mas fez uma fala também nesse sentido: nós não podemos deixar criminalizar os movimentos populares e festas populares como o carnaval. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente Valter, colegas, quem nos acompanha hoje na TVCâmara. Bom, eu já tinha preparado mais ou menos uma linha de raciocínio sobre os casos ocorridos na Cidade Baixa, antes mesmo de o colega subir à tribuna. E ouvindo os Pares aqui desta Casa, nós muito falamos sobre ter que liberar tudo para ser feito ou ter que proibir. Eu falo isso e digo nomes. Recebi com muita tristeza a denúncia de uma profissional da área da comunicação, chamada Thaís

Pedrazzi, que, inclusive, ao avistar da sua janela algumas cenas desagradáveis, foi vítima de arremesso de uma pedra na Cidade Baixa, está pensando em se mudar, existem muitos moradores ali.

Então, nós temos que, sim, buscar o Estado necessário. O Governo que se preocupe, mas o comércio que está ali, sim, tem que ter consciência dos custos que se tem para limpeza urbana. Temos que fazer essa organização. O Ver. Pujol me alertou, existem produtores culturais competentes, fazendo essas atividades, mas nós não podemos compactuar com o desregramento total, com uma realidade de ganho capital, da exploração ao capital que vem em eventos como esse, mas que deixam toneladas de lixo. E aí eu uso aqui o gancho, para citar, fiz isso na última Sessão, temos aqui a presença do nosso colega hoje Secretário Ramiro Rosário, dos Serviços Urbanos, que vem dizendo que não existe uma varinha mágica de dizer que amanhã a Cidade vai estar toda limpinha e cortada. Não! Demorará, sim, um tempo para que isso chegue num padrão de normalidade.

Quero, em nome dos Pares, deixar claro que o Secretário Ramiro está aqui e já divido com os Pares que integram a base do Governo de que há – a gente fez essa combinação no ano passado – um requerimento para que os secretários venham a esta Casa, como o Secretário Ramiro, em comparecimento. A base votará “não” por um motivo simples: porque o secretário sempre está à disposição, como todos os secretários, de todos nós para fazer o uso da palavra, para tirar dúvidas e responder. Então, sempre que um colega necessitar da presença de algum secretário, simplesmente façam o convite, que, com o compromisso assumido no início desta gestão, com muita transparência, ele estará presente, os secretários têm se feito presentes nesta Casa.

Também não poderia deixar de pedir um minuto de atenção para a Comandante Nádia, porque nós temos a notícia, na questão da segurança pública, de um ato de um governante que tem que ser elogiado, tem que ser pensado aqui. Tivemos o caso, na Argentina, de um policial que está sendo julgado, foi denunciado por assassinado, por ter reagido, disparado, atingido um criminoso em fuga. E aquele governante, o Macri, tomou uma decisão que tem que ser levada como exemplo para nós, governantes e homens públicos: está fazendo uma cruzada de revisão do seu Código Penal, para que não aconteça isso, e os servidores da segurança pública não continuem trabalhando com tanto medo, porque os servidores da Brigada Militar e da Polícia Civil trabalham com medo. Então, preciso elogiar – está aí nas redes, saiu a publicação há pouco tempo – e parabenizar, porque a segurança pública espera isso, e eu espero que os nossos governantes tenham um pouco de visão daqui para frente para que a gente tenha um futuro melhor. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Moisés Barboza.

Quero fazer uma saudação muito especial ao nosso ex-Prefeito, ex-Presidente desta Casa, ex-Vereador, nosso líder e exemplo, João Antonio Dib, que mais

uma vez está aqui para nos inspirar ao longo deste ano de 2018. Seja muito bem-vindo, Ver. Dib. Obrigado pela sua presença.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, plateia que nos assiste e telespectadores, quero comentar sobre a pesquisa que saiu, na semana passada, e foi veiculada pela RBS TV, dizendo que menos da metade da população confia na Brigada Militar. Inicia a reportagem dizendo que pesquisadores entrevistaram cerca de mil moradores de Porto Alegre para saber como pensam os gaúchos a respeito da Brigada Militar e da Polícia Civil. Ora, primeiramente, uma falta de respeito com o restante dos 496 Municípios do nosso Estado que não foram entrevistados. Então essa pesquisa diz respeito a Porto Alegre e mostra não como pensam os gaúchos, e sim como pensam cerca de mil moradores aqui de Porto Alegre.

Em segundo lugar, quero dizer que esta pesquisa é totalmente tendenciosa, uma vez que busca atacar a imagem e o trabalho de 180 anos da Brigada Militar, uma instituição legalista, útil e com muita credibilidade, que garante o exercício da democracia para todos os gaúchos e gaúchas no Rio Grande do Sul.

Confiança não se faz de um dia para outro; constrói-se no dia a dia, e esta confiança se vê nos 180 da nossa gloriosa Brigada Militar.

Certamente esta pesquisa não condiz com a realidade, e, para mim, não tem validade alguma, mas representa o desespero de algumas pessoas que têm ideologia de esquerda para querer alcançar palanque e que querem que a sua cartilha ideológica, que não cola mais, ainda volte à tona.

Esta pesquisa aponta uma comparação hipócrita e fajuta, pois ela quer jogar Polícia Civil e Brigada Militar uma contra outra. É quase, mais ou menos, como perguntar para o filho se ele gosta mais do seu pai ou da sua mãe.

Ora, as nossas instituições gaúchas têm atribuições diversas, têm atribuições diferenciadas e cada uma as cumpre na sua totalidade. Mostra a falta de conhecimento, senhores e senhoras, de quem realizou esta pesquisa. Pasmem: procurando quem era o pesquisador, vi que foi o ex-Deputado do PT, Marcos Rolim. Ainda diz na pesquisa que pessoas com baixa renda classificam a ação da Brigada Militar como violenta e desrespeitosa, dizendo que quem tem acima de seis salários a considera muito tranquila, ou seja, mais uma vez, é a esquerda ideológica frenética querendo criar competições entre classes, a divisão entre as classes, que tantas e tantas vezes nós vemos: é negros contra brancos, brancos contra negros, mulheres contra homens, e assim por diante. Nós não queremos mais isso.

Esta pesquisa que vemos ao longo do tempo, que tem acontecido nesses 14 anos, e sindicatos que também estão solicitando essa pesquisa e também compareceram nela, tentam, de maneira desesperada, desconstruir instituições que prezam por princípios básicos de moral, de ética, de democracia. E aqui eu faço um parêntese para dizer que dessas instituições que têm sido atacadas, ao longo do tempo, uma delas é a família – e os senhores e as senhoras podem notar muito bem pela última exposição no

Santander –, é a Igreja, são as polícias e até mesmo o Judiciário hoje está sendo atacado, instituições fortes que têm como premissa criar bons cidadãos. São essas instituições que, ideologicamente, a esquerda, o PT, o PSOL, o PCdoB, o PCO e o PSTU querem desmoralizar.

Quero dizer para vocês que é graças aos soldados e não aos sacerdotes que podemos ter a religião que queremos; é graças aos soldados e não aos jornalistas que temos liberdade de imprensa; é graças aos soldados e não aos poetas que podemos falar em público; é graças aos soldados e não aos professores que existe liberdade de ensino; é graças aos soldados e não aos advogados que existe o direito ao julgamento justo; é graças aos soldados e não aos políticos que podemos votar. Essas palavras não são minhas, senhores e senhoras, elas foram ditas por Barak Obama no Dia da Esquerda das Américas, no Memorial Day. Então, façamos valer as suas palavras.

Eu confio na Brigada Militar, eu confio nos homens e nas mulheres que por 24 horas, todos os dias, colocam as suas vidas em risco para a proteção da sociedade gaúcha. Eu e todos os gaúchos e gaúchas tenho certeza de que confiam na Brigada Militar. Por isso eu lanço aqui a campanha #obrigadobrigada. E quero solicitar a todas as pessoas de bem que façam suas fotos no dia a dia com esses homens e mulheres que estão nas ruas de Porto Alegre, de Cacimbinhas, no litoral, na serra e postem esse seu agradecimento à Brigada Militar, que ainda é a instituição que garante a democracia no Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, a Vereadora que subscreve vem respeitosamente sugerir à V. Exa. e aos demais integrantes da Mesa Diretora que a Câmara Municipal de Porto Alegre promova, em homenagem a Eva Sopher, Dona Eva, como era conhecida, falecida em 7 de fevereiro do corrente ano, a denominação do Largo em frente ao Theatro São Pedro com o seu nome. Nome importante para a cultura porto-alegrense, Eva Sopher foi uma empreendedora cultural com quem trabalhei quando Secretária Estadual da Cultura nos quatro anos de gestão da ex-governadora Yeda Crusius. Durante esse período, empreguei esforços no sentido de realizar todo o processo de captação de recursos para o Multipalco perante a lei de incentivo à cultura. Natural de Frankfurt, Alemanha, Eva Sopher migrou ao Brasil em 1936 e adotou Porto Alegre em 1960. Em 1975, assumiu a coordenação e gerenciamento das obras de recuperação do Theatro São Pedro. Em 1982, com a criação da Fundação do Theatro São Pedro, foi possível arrecadar junto a empresas privadas recursos às obras e à finalização do projeto. Em 18 de março de 1982, o então Governador José Augusto Amaral de Souza nomeou a Dona Eva como a presidente da referida fundação. Eva Sopher foi responsável pela organização de concertos, espetáculos de teatro e apresentações de grandes orquestras ao longo de mais de duas décadas após a

reinauguração do teatro. Foi uma inovadora ao permitir que em 2010, pela primeira vez, a música *funk* estivesse no palco do Theatro São Pedro com a apresentação Mc Jean Paul. Como Secretária da Cultura intermediei com Dona Eva aquela noite da qual nunca mais esquecerei. Pude ver, no olhar dos adolescentes, surpresa e alegria pela oportunidade de conhecer o Teatro através do seu ídolo. Segundo, MC Jean Paul, o movimento *funk*, depois do evento no Theatro São Pedro mudou bastante, as pessoas mudaram, o conceito e viram que o *funk* não é apologia às drogas, ao sexo e ao crime. A dedicação à cultura de Dona Eva rendeu-lhe diversas homenagens locais e estrangeiras. Em 1970, o Presidente da República Federal da Alemanha, concedeu-lhe a Cruz do Mérito de Primeira Classe, comenda esta conferida por serviços prestados por intercâmbio cultural entre Brasil e Alemanha. Em 1971, a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre concedeu-lhe por unanimidade o título de cidadão honorífica da Cidade de Porto Alegre. Em 1974, o Governador Euclides Triches entregou-lhe a Medalha Simões Lopes Neto, distinção concedida por atuação no campo da cultura. Em março de 1978, recebeu do Governo Francês, também uma medalha por reconhecimento ao seu trabalho na cultura, em especial pela promoção de intercâmbio cultura internacional.

Acredito, nobres colegas, certamente entendem e têm a mesma percepção de que Eva Sopher é merecedora de nova homenagem desta Câmara. Por isso, sem partidarizar, proponho que a denominação do logradouro, nos termos da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, seja de todos os Vereadores deste Legislativo, e a sugestão do largo em frente ao Theatro São Pedro é justa pelo amor e dedicação de Dona Eva àquele por quem dedicou os últimos 40 anos de sua vida.

Cordialmente, Ver.^a Mônica Leal, Progressista. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Mônica. Peço a V. Exa. que protocole, por favor, o Requerimento junto ao Protocolo da Casa. A Ver.^a está requerendo que seja feito um projeto de lei através da Mesa Diretora. Há duas possibilidades: ou o Vereador pode fazer o projeto de lei por iniciativa do seu mandato parlamentar, ou ele pode fazer um projeto de lei pela Mesa. Esse assunto, obviamente, tem que ser protocolado, encaminhado à Mesa, que, por sua vez, deliberará a respeito da sugestão da Vereadora. Por óbvio que todos os méritos estão presentes, quanto mais na figura da nossa querida e saudosa Dona Eva Sopher. É só dar os referidos trâmites ao seu requerimento para que nós possamos levar adiante. É um processo legislativo, tem que ser juntado croqui, devem ser atendidas todas as determinações da lei com relação à denominação de logradouros, só me parece que não há a questão do abaixo-assinado, porque, na verdade, ali não existem moradores no entorno – é a Praça da Matriz e os Poderes que estão ali. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h19min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 152/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 152/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLL nº 163/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 163/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Eu quero comunicar aos Srs. Vereadores, ao Ver. Cláudio Janta, que havia feito um requerimento, que acabamos de ajustar com o Secretário Ramiro Rosário o comparecimento dele a esta Casa no dia 28 de fevereiro, quarta-feira. Por iniciativa do Secretário, a quem eu agradeço a gentileza, ele estará aqui conosco no próximo dia 28, para tratar de questões tão prementes da nossa Cidade e que têm colocado todos nós e os cidadãos numa situação de bastante expectativa. Eu agradeço desde já ao nosso colega Vereador e Secretário Ramiro Rosário.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Presidente Valter Nagelstein. Apenas gostaria de saber se já tem data para o comparecimento do Secretário de Educação, como foi tratado na última reunião de Líderes, de que ele havia pedido para vir à Câmara no dia 26 de fevereiro. Gostaria de confirmar com o Diretor Legislativo a vinda do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Diretor Legislativo não tem registro dessa questão, Ver.^a Fernanda, e não foi feito o requerimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, em função da confirmação da vinda do Secretário Ramiro no dia 28 de fevereiro, peço a retirada de tramitação do Requerimento nº 013/18.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro a inversão da ordem dos trabalhos, passando o PLCL nº 011/11, de minha autoria, para o último da priorização.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 013/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2749/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/16, que altera a especificação da classe de cargo de provimento efetivo de Assistente administrativo, constante da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988, da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, e da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observação:

- Com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 13-11-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLE nº 035/16. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 035/16.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Discutimos esse projeto na reunião de Líderes, mas vou explicar tecnicamente de uma maneira sucinta, Ver. Dr. Thiago. O projeto é de 2016, ele iguala as descrições contidas na lei, visando a atender as exigências legais para o aproveitamento dos concursos públicos em processos de provimento do referido cargo e permitir as movimentações e transposições funcionais quando as atribuições do cargo forem idênticas, a fim de atender às necessidades de trabalho. O DMAE e a FASC já atualizaram a redação, adequando-a à Lei nº 6309/88, restando a adequação da legislação do Previmpa, do DMLU e Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o PLE nº 035/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 035/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Oliboni, nem consultei a minha bancada, mas um dos impactos importantes que essa adequação trará é a possibilidade de o Previmpa nomear assistentes administrativos, porque tem cargo, tem condições de nomeá-los, tem um déficit enorme. O próprio Conselho do Previmpa informa que em torno de dois mil processos de aposentadoria estão em análise e que não há recursos humanos – temos uma aposentada aqui no plenário – suficientes, isso está tardando muito o processo de aposentadoria, os servidores ficam em LAA, ficam ser estar aposentados e, ao mesmo tempo, sem atuar e com problemas, porque são “n” situações, seja averbação, seja tempo de serviço prestado aqui, lá, acolá. Enfim, são “n” problemas que podem resultar no retorno do servidor à ativa. Então, esse tempo largo prejudica todos, prejudica a Prefeitura, que não libera o cargo para nomear, e prejudica os servidores e as servidoras, que ficam nessa insegurança.

Eu quero aqui dizer que, em função disso, inclusive, o próprio sindicato se remeteu a nós agora neste momento – temos dois dirigentes aqui, estão conversando com os Vereadores –, dizendo da importância dessa adequação. E quero fazer aqui referência à notícia de que a Prefeitura prepara, ou o Previmpa prepara, está discutindo com o seu Conselho, mudanças no Previmpa, porque há uma ocorrência enorme de aposentadorias, e a ideia é, por um lado, estimular a permanência. Ora, senhores, para estimular a permanência nós temos que convencer os nossos Deputados – nós, Vereadores aqui – de que não dá para passar nenhuma reforma da Previdência mais de uma vez prejudicando os direitos, porque isso também tem feito com que os servidores tenham corrido para pedir sua aposentadoria. Isso estimula a saída do serviço público. Também todo assédio que tem acontecido, todas as ameaças, e estava nos jornais na semana passada que agora vem a Previdência complementar para Porto Alegre. Nós sabemos que a Previdência complementar, Ver. Airto, só é proposta quando não se pode mais se aposentar pela integralidade. Então, está anunciada alguma coisa que nós não sabemos ainda o que é. E, quando se anuncia desse jeito, já sabemos: servidores vão correr para se aposentar, e nós estamos perdendo excelentes servidores em todas as áreas, com uma qualidade técnica que é muito difícil substituir. Então, o Governo deveria fazer como está fazendo com este projeto aqui: adequando às condições de trabalho do Previmpa, mas pensando em formas de estimular o servidor à permanência mais tempo no serviço público.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu ia encaminhar a matéria, mas acho que o pronunciamento da Ver.^a Sofia foi extremamente convincente, acredito que não temos dificuldade em aprovar unanimemente esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Pujol.

Em votação, por solicitação desta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 035/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 035/16.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 035/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2869/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 318/17, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Cleo Danilo Jaques.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-17.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 318/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando renovação de votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 035/16.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0798/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/17, de autoria da Verª Margarete Moraes, que obriga as unidades de saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar equipamentos adaptados às necessidades de mulheres com deficiência para a realização de exames de saúde.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 04-12-17.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 074/17. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 074/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos discutindo um projeto de autoria da amiga e ex-Vereadora Margarete Moraes que obriga as unidades de saúde do Município a disponibilizar equipamentos de saúde adaptados às necessidades das mulheres com deficiência. Obriga o Município. Eu vou me reportar ao parecer da CCJ, que se manifesta pela inexistência de óbice de natureza jurídica. Tem existência de óbice, porque aumenta a despesa do Município. Este projeto é da ex-Vereadora Margarete Moraes. A orientação do Governo é de votar contra em razão do óbice.

O PLL nº 206/14, do Ver. Marcelo Sgarbossa, institui um Programa de Incentivo à Prática de Compostagem. Belo projeto. Também a orientação é de que tem existência de óbice, pelo Governo. E é verdade. O PLL nº 163/17, da Ver.^a Comandante Nádia, institui o Programa de Segurança Compartilhada do Município de Porto Alegre. Se institui um programa, tem existência de óbice, cria despesa. O PLL nº 147/17, também da Ver.^a Comandante Nádia, cria o Programa Permanente de Prevenção de Acidentes de Violência. Belo projeto. Também tem existência de óbice. O PLL nº 012/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, é belo projeto, diz assim (Lê.): “Institui programa de incentivo e viabilização da realização de atividades de lazer, de cultura e esportivas no leito de vias públicas urbanas locais, por meio do estabelecimento de seus trechos como Ruas de Lazer e revoga a Lei nº 5.463, de 9 de novembro de 1984.” – também tem! E o PLL nº 209/15, também do Ver. Cláudio Janta, que Institui o programa Escola em Cena, também tem problemas.

Portanto, eu não sou daqueles que voto “sim” se está do meu lado e “não” se é da oposição... Ou aprovamos todos ou rejeitamos todos! Porque, senão, meu querido Ver. Reginaldo Pujol, nós fizemos uma marmelada. Para uns nós votamos “sim” e para outros “não”. Eu quero explicação um a um do projeto e saber que óbice tem, meu caro Presidente da Comissão. Porque, senão, não dá! Se é da oposição votamos contra, se é da situação votamos a favor?! E nós, independentes, vamos fazer o quê, se não temos

nenhum nosso? É preciso uma avaliação criteriosa, a começar pela CJJ, desses projetos, para que nós, aqui, saibamos votar com isenção e serenidade. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Vereador. Aproveito e saúdo a presença aqui do nosso Antonio Gornatti, que coordena os eventos no Município e que tem feito um trabalho brilhante à frente da área que está comandando. Seja bem-vindo sempre!

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 074/17.

O SR. ADELI SELL: Presidente Valter, colegas Vereadoras e Vereadores; o projeto da colega Margarete Moraes é daqueles que tentam, de uma forma muito simples, resgatar e colocar no devido patamar a dignidade da mulher, da mulher portadora de deficiência. Porque, hoje, em nossos postos de saúde, nas UPAs, não há, muitas vezes, um lugar adequado para um cadeirante acessar, e, dependendo do problema, da deficiência física da mulher, quando for um exame ginecológico, por exemplo, mulheres grávidas não têm um espaço, não têm equipamento adequado para o seu devido atendimento. Como disse o meu colega, estimadíssimo Ver. Airto Ferronato, que bom se o Governo sempre tivesse, Ver. Moisés Barboza, a mesma posição! Nós temos que parar de dizer, de uma vez por todas, que o Legislativo nada pode.

Aqui, na década de 90, o Ver. Nedel acompanhou isso de perto, tínhamos inclusive algumas diferenças, Ver. Robaina, e eu propus o videomonitoramento das instituições bancárias. Na época era uma barbaridade falar nessa questão. Hoje é uma questão importantíssima para a segurança, dado o agravamento da insegurança. Foi até o Supremo, Sepúlveda Pertence, e isso me gratifica enormemente, disse que minha lei era correta, era uma lei amparada, escorada na legislação, Ver. Freitas, Ver. Alvoni, e os bancos tiveram que colocar videomonitoramento. Hoje os nossos postos de saúde são precários, e, quando a colega Margarete coloca essa questão, ela não invade a competência do Município, porque ela não diz que tem que começar no dia primeiro e terminar no dia 30, que tem que ser em todos os postos de saúde; ela não fala na forma, nos mecanismos, ela deixa em aberto, como criamos outros programas aqui!

Eu quero fazer um desafio, porque nós aprovamos recentemente programas e, quando havia algumas pequenas questões, por exemplo, que pudessem colocar a questão de numerário, de colocar obrigatoriedade, de prazos, nós elidíamos essas questões para que a Câmara pudesse ser propositiva! E a Câmara é e deve ser altamente propositiva. É isso que nós queremos com o projeto da Ver.^a Margarete Moraes, nada mais e nada menos. Se nós não pudermos ler o art. 94 com uma leitura aberta, nós não podemos mais legislar, meu Líder Oliboni, porque, inclusive, esse é o grande debate que nós temos feito. Na CJJ hoje, sob a coordenação do Ver. Dr. Thiago, como foi com o Ver. Mendes Ribeiro, vice, mas que foi presidente no ano passado, nós tivemos um comportamento de abertura, de clareza, de determinação: se vale para um, vale para todos; se não vale para uma pessoa, também não vale para os outros. Ou seja, há uma

equanimidade de comportamentos na Comissão de Constituição e Justiça na gestão passada e neste momento. E assim será, e os debates terão que ser feitos.

E quero introduzir debate sobre a questão do papel na Câmara de Vereadores neste ano, aqui nesta Câmara Municipal, seja pela Escola do Legislativo, seja por atividades do meu gabinete, por sinal vou convidá-los nos próximos dias para um evento que farei pelo meu gabinete, porque temos que discutir algumas questões que muitas vezes o plenário não nos permite. Concluo, meu caro presidente, para colocar a importância da aprovação na medida em que este projeto passou em todas as Comissões com a aprovação nas Comissões. Peço os votos das senhoras e dos senhores para este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 074/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Colegas Vereadores, vou pegar uma parte do discurso do Ver. Ferronato e o final da votação: a emenda que o Governo encaminhou para derrotar aqui foi construída por mim quando eu era Líder do Governo, com o Governo, a pedido do Governo, com o Previmpa e com o pessoal do Previmpa. Aí o Governo mudou, e o Governo agora derrotou a emenda. Sobre este projeto que estamos construindo aqui, o Ver. Ferronato sabe muito bem: se o projeto é do Governo, não tem problema nenhum. Nós estávamos com a orientação de um projeto do Ver. Moisés Barboza, que era um projeto excelente para a Cidade, mas completamente inconstitucional de votar a favor.

Esse projeto passou por todas as Comissões, somente dois membros de todas as Comissões votaram contrariamente: o Ver. João Carlos Nedel e o Ver. Felipe Camozzato. Todos os membros de Comissões votaram a favor – todos! A Procuradoria da Casa deu um parecer favorável; o atual Vice-Líder do Governo, Ver. Luciano Marcantônio, foi o Relator, deu parecer a favor; na época, o Líder do Governo, que era eu, votou a favor. O projeto foi discutido, então, com a base do Governo. O Ver. Luciano Marcantônio, na época, fazia parte do Governo; o Ver. Dr. Thiago, na época, fazia parte do Governo e votou a favor.

É um projeto de cunho social, peço aos colegas que vejam, imaginem uma mulher cadeirante – a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Ver. Pujol, que todos aqui conhecem, por exemplo – indo fazer um exame de câncer de mama num posto de saúde sem acessibilidade, como ela vai fazer? Aí os Vereadores se pegam na questão do “obriga”, mas, se não for obrigado, não vai fazer nada! O Governo que não é obrigado a fazer as coisas não faz, isso nós sabemos. Então não adianta a base do Governo querer ser mais realista que o rei e se pegar na questão do “obrigado”. Segundo o Procurador da Casa, a matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência do Município, não confronta com a legislação federal em vigor, não havendo óbice jurídico de tramitação. Os membros da CCJ, na sua maioria,

todos votaram a favor; na CEFOR, todos votaram a favor, com exceção do Ver. Nedel; todas as Comissões pelas quais passou este projeto votaram a favor. Agora, nós não podemos ceifar a população de Porto Alegre, as mulheres portadoras de deficiência do seu direito de fazer o exame de mama, ou os exames necessários nos postos de saúde, porque nós achamos que é um projeto que vem da oposição.

O Líder do Governo, hoje, no grupo de Vereadores, bota [o Presidente havia falado sobre o que a imprensa comentou a respeito da situação da nossa Cidade]: “Presidente, essa situação atinge os Vereadores também pelos mesmos motivos. Temos é que ajudar a encontrar soluções e meter a mão na massa. O resto é o resto. Precisamos enfrentar os problemas e fazer o que deve ser feito, sem se preocupar com votos na eleição. Por isso aplaudo o Governador Sartori, que, mesmo com a opinião pública se metendo a bater nele, ele fez o que tem que ser feito sem se preocupar com as eleições”.

Nós não estamos preocupados com as eleições, Ver. Paulo Brum, nós estamos preocupados com o direito de as mulheres portadoras de deficiência irem fazer o seu exame; nós estamos preocupados com o direito de as mulheres portadoras de deficiência terem condições de acesso a um posto de saúde, seja – que Oxalá permita – agora, ou no ano que vem, ou no próximo ano, quando a Prefeitura tiver recurso, mas que tenha uma lei que permita esse acesso às mulheres. Nós estamos trabalhando para a cidade de Porto Alegre, independente de quem seja o autor desse projeto.

Eu tenho certeza de que vários de nós gostariam de assinar, de subscrever esse projeto. Não foi à toa que todas as comissões da Casa aprovaram esse projeto. Nós não podemos rotular projetos de Vereadores por serem de situação ou de oposição, até porque, na época, os Líderes de Governo votaram a favor desse projeto. E tem Vereadores que a gente entende que estão loucos para ir para o Governo. Então, vão para o Governo, mas deixem a cidade de Porto Alegre crescer, avançar e melhorar a vida das pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 074/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que este projeto, Vereadores Paulo Brum e Luciano Marcantônio, teve a boa intenção da Ver.^a Margarete Moraes, não tenho dúvida disso, mas ele não esclarece qual tipo de equipamento, quando, como deve ser feito, o que é, e vai botar o quê aqui? Há boa vontade da Ver.^a Margarete Moraes, por quem tenho o maior respeito, mas não sei o que ela está obrigando, não está claro isso; é um projeto de boas intenções, disso não tenho dúvidas porque conheço a ex-Vereadora. Mas não está claro, não sei o que vou votar, não sei o que obriga, onde obriga. O próprio Ver. Adeli Sell, que é muito eloquente, muito capaz na tribuna, afirmou que não diz quando, como, e eu, baseado nessa fala, fiquei pensando: “Mas eu vou votar o que se não sabe o que obriga, quando vai obrigar? Se não sabe quanto custa e se não sabe qual o equipamento?”.

Acho que precisamos dar uma esclarecida nisso, não posso votar num projeto só porque sei que é bem-intencionado, porque conheço a ex-Vereadora Margarete Moraes, que é de boas intenções, mas o projeto não esclarece isso. Se existe a obrigação, é claro que é inconstitucional; é claro que a Procuradoria da Casa se passou; é claro que a nossa Comissão de Constituição e Justiça votou mais na intenção da Vereadora do que no que estava escrito no projeto. Agora, ter equipamento que disponibilize exames para quem tem deficiência, isso é uma coisa de justiça, isso é uma coisa que não precisaria mais ter lei, estamos no ano de 2018! Será que precisa ter uma lei para uma pessoa que precisa de cuidados especiais ter o direito de fazer um exame? Agora, se pudermos esclarecer o que obriga e quando obriga, ficaria bem mais fácil. Assim, não tem condições de votar, independente, se é um projeto meritório, se é de boa intenção, o que é, mas não esclarece, não sabemos o que estamos votando.

Então, eu queria pedir à bancada do PT, que é a da Ver.^a Margarete Moraes, minha querida amiga, que nos dê um pouquinho mais de tempo para esclarecermos o que a Vereadora gostaria de votar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 074/17.

O VER. MOISÉS BARBOZA: Apenas para elucidar, porque fui citado. Leram um texto totalmente fora de contexto. Quero deixar muito claro que o texto lido aqui em um grupo de WhatsApp de Vereadores é sobre o reflexo da insegurança pública em nós, homens públicos. Então, até não compreendi porque o Vereador subiu à tribuna e leu um texto que não tem absolutamente nada a ver com o projeto da Ver.^a Margarete Moraes; talvez, o Ver. Cláudio Janta tenha feito o caso da alusão a termos de botar a mão na massa, preocupar-nos em fazer algo e não em votos. Eu reforço isso, porque subir, construir um discurso que, desculpa, mas é um discurso fácil... É óbvio que todos nós estamos preocupados com as mulheres, com os doentes, com as pessoas que precisam de atendimento médico, mas nós também fizemos um juramento, ao assumirmos, de respeitar a Lei Orgânica desse Município. E, quando um projeto diz em sua primeira palavra que obriga os postos municipais de saúde, o senhor vai me desculpar, mas eu tenho uma responsabilidade como legislador municipal e não votarei em nenhum projeto de iniciativa do Legislativa quando ele começa dizendo “obriga o Executivo...”. É impossível, eu fiz um juramento aqui perante a sociedade e perante os Pares, nós não podemos!

Então avalio com muito bons olhos a retirada, pela bancada, de priorização desse projeto para que sejam feitas adequações. Mas juntar um texto fora completamente desse debate, desse contexto, para dizer o que foi dito aqui, desculpe-me, mas fico, no mínimo, decepcionado. Temos responsabilidade, sim, de respeitar a Lei Orgânica, a qual impede que façamos leis de obrigar como está posto no início desse projeto, é uma questão simples. Em relação a outros projetos que iniciam com

“poderá”, nós estamos aqui abertos para avaliar, mas é tão somente isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 074/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Wambert, o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2178/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Composta, Porto Alegre, programa de incentivo à prática de compostagem de resíduos orgânicos domésticos em domicílios, instituições públicas ou privadas e condomínios residenciais.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Elizandro Sabino: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela rejeição do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Kevin Krieger: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 17-04-17.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 206/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, o Presidente Valter leu a tramitação; estou com o processo aqui na mão, mas a quem quiser ter acesso, logo que eu descer da tribuna, posso emprestar. Primeiro, nós temos um parecer favorável da Procuradoria, depois nós temos a aprovação, ou seja,

inexistência de óbice, de forma unânime, na CCJ; depois temos a CEFOR e a COSMAM, que votaram contrariamente; temos a Comissão de Direitos Humanos, que votou favoravelmente; temos aqui algumas consultas que foram feitas ao Executivo. Se eu fosse resumir aqui, a linha é de que o DMLU já tem programas que incentivam a compostagem, mas nada impede que se tenha o projeto. Já está dentro da SMED essa política de tentar ensinar técnicas de compostagem, portanto o projeto não contraria uma política já em andamento. Então, não temos uma contrariedade do Executivo da época, porque o projeto tramita desde 2014.

Vou entrar no mérito do projeto: do que se trata? Primeiro, ele não tem a palavra “obriga”, se era esse o tema da discussão anterior, aqui não tem. Aqui ele cria um programa de incentivo à compostagem. O que é a compostagem? É esse processo que pode ser feito em casa, nos condomínios, que é simplesmente depositar ali os resíduos de alimentos, não de todos os tipos, não aqueles com sal, mas resíduos do tipo cascas de frutas, erva de chimarrão e outros que possam sofrer esse processo de compostagem. Você tira dali o adubo, que pode depois passar para as plantas e, principalmente, evita que toneladas e toneladas desses resíduos tenham que ser transportadas daqui para Minas do Leão. São toneladas e toneladas; diariamente, caminhões saem de Porto Alegre e levam até Minas de Leão para depositar lá no aterro.

Então, vejam, uma atitude muito simples, outras prefeituras do Brasil já a adotaram, distribuíram composteiras caseiras para a população, e o resultado foi muito eficaz. Inclusive, eu queria convidar aqui os Vereadores que quiserem conhecer uma composteira, aqui atrás do plenário, nós temos no nosso gabinete uma composteira em que depositamos erva-mate, cascas de frutas e outros alimentos que são possíveis de fazer a compostagem. Não tem cheiro, há um mito de que há um odor forte por se tratar de resíduos, mas não é verdade, está ali para provar, quem quiser chegar ali agora e conhecer a nossa composteira do gabinete, está convidado.

Está ali dentro do gabinete, Ver.^a Sofia, há muitos anos. Nós não divulgamos isso de forma ostensiva, mas é uma política que adotamos já há muitos anos. E temos feito, inclusive, através do mandato, oficinas de compostagem nas comunidades. Ou seja, temos ido até as comunidades explicar como funciona uma composteira, que pode ser, inclusive, uma atividade econômica, através desse resíduo da matéria-prima que sai dela, tornando-se uma fonte de renda para famílias. Então, vejam, estamos falando aqui de algo que todo mundo descarta e que pode se transformar numa fonte de renda.

Ver. Airto, quando o senhor falou que todos os projetos, principalmente aqueles dos Vereadores de oposição, têm existência de óbice, eu tive de concordar em gênero, número e grau. Eu me lembro aqui, há um ano, quando apresentamos um projeto de lei que criava o Fundo dos Direitos da Mulher, e foi alegada a existência de óbice. E, bom, nós temos aqui o Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que apresentou o Fundo da Defesa Civil, e ele conseguiu aprovação, e, no caso dele, não havia existência de óbice.

Então, essa discussão meramente formal, na verdade, é quando, muitas vezes, não se quer enfrentar o tema. E aqui é um tema totalmente revolucionário, eu diria assim, uma atitude simples, prática, de incentivo e de aprendizagem à reciclagem,

a reduzir o consumo, a reciclar aquilo que nós produzimos no dia a dia. Fica o convite. Eu não consigo entender – gostaria de ouvir os Vereadores que possam ter uma contrariedade inicial – o motivo que impede de criarmos um programa de inventivo à compostagem em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Sgarbossa, só para esclarecer V. Exa. e os demais Vereadores: eu li os pareceres, como li em todos os processos, o tratamento é o mesmo para todos os Vereadores, até porque este Vereador Presidente deseja valorizar o trabalho das Comissões. Se as Comissões existem, se elas são permanentes, elas produzem um resultado. Eu simplesmente estou compartilhando com os Srs. Vereadores a posição que cada Comissão teve, sem entrar absolutamente no mérito.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Ver. Marcelo Sgarbossa, já nos conhecemos de longa data, parece pretensão minha lembrar que nos conhecemos nos bancos acadêmicos. Eu quero comentar este projeto meritório, tem minha simpatia, meu apoio, porque precisamos criar uma consciência ambiental importantíssima para o futuro das próximas gerações. Essa discussão sobre meio ambiente não pode ser ideológica; ela não é da Esquerda, ela não é da Direita, não é do Centro – ela é da humanidade. Essa discussão sobre meio ambiente diz respeito aos nossos filhos, aos nossos netos, às próximas gerações, com as quais nós temos um dever de solidariedade.

É curioso porque solidariedade, Ver. Janta, fazendo referência ao nome do seu partido, não é uma comiseração, não é um sentimento, não é um tipo de compaixão, a solidariedade é uma ação concreta em favor do bem do outro ou em favor do bem comum. É por isso que a solidariedade se reveste de uma dupla natureza, ela é tanto um princípio, uma virtude moral – um pleonismo isso, mas só para enfatizar –, quanto um princípio social. Então, enquanto virtude, é aquele hábito de se empenhar pelo bem do outro, e, enquanto princípio social – até sociólogos festejados pela esquerda bem o lembram –, solidariedade vem de sólido, concreto, algo que é compacto. Se nós não tivermos consciência de que qualquer coisa que eu fizer na rua atinge toda a Cidade, eu não terei a perspectiva da solidariedade enquanto princípio social. E essa solidariedade não se dá só entre os vivos, existe uma solidariedade com aqueles que já passaram, quando nós honramos a sua memória, quando os sepultamos, mas também existe uma solidariedade importantíssima, Ver. Moisés, que diz respeito às próximas gerações, a quem nós temos o dever de deixar a Terra, senão melhor, pelo menos igual a como encontramos, já que não somos donos dela, mas inquilinos, como diz o Papa Francisco. Estamos aqui como donatários, como inquilinos deste mundo que recebemos de graça e

devemos devolvê-lo melhor do que nós o recebemos. Pelo menos é o que deveríamos fazer.

Então, não obstante a essa discussão jurídica que foi levantada aqui, eu quero dizer, Ver. Marcelo, que o seu projeto tem todo o nosso apoio, porque é um projeto singelo, que não despense novos recursos, apenas ajuda a conscientizar sobre a importância da compostagem para a vida da nossa Cidade, para o nosso bem comum. Então venho aqui manifestar o meu apoio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estou completamente atrapalhado. Eu ouvi atentamente o Professor Wambert, nosso Vereador, que faz uma belíssima exposição do que estamos avaliando aqui. Primeiro, se nós analisarmos, meu estimado Ver. Sgarbossa, o que diz o seu belíssimo projeto? O que dizem os projetos da Ver.^a Nádia? São idênticos, são iguais na forma, com pouquíssimas diferenças, todos eles causando pequenos ou razoáveis encargos ao Município. Agora, lá em 1989 ou 1990, quando já estávamos aqui, nós tratamos da coleta seletiva do lixo. Passaram-se 30 anos, e o caos está instalado.

Na nossa residência, para conseguir separar o que é resíduo orgânico do não orgânico, é uma confusão sem tamanho, porque é muito fácil jogar tudo num saco só, e eu tenho me debatido com isso. Em primeiro lugar, o Município faz muito pouco, quase nada no sentido de incentivar a coleta seletiva. O Município faz muito pouco, e o catador faz uma confusão sem tamanho quando deixamos o lixo seco, o resíduo na frente de casa; vem um e abre o saco porque quer só vidro, o resto esparrama no chão; noutro dia, chega outro que só quer pet; pega a pet, o resto esparrama pelo chão. A Cidade está suja muito graças a esse tipo de coisa, que não se resolve. Eu, às vezes, penso: “Será que vale a pena separar o orgânico do não orgânico e depois ver, na frente de casa, lixo esparramado por tudo quanto é lado?”. Porque, se eles abrem o reciclável, abrem também o orgânico.

Portanto, é atividade do Executivo, mas eu vejo o seguinte, Vereador: a compostagem é fundamental. Agora, fazer dentro de casa, quem mora em apartamento – e a esmagadora maioria mora em apartamento – é um pouco complexo. Quem deveria fazer isso é o Executivo Municipal. Eu vou propor dar uma suspêndida no projeto para analisarmos no conjunto como vamos construir, porque o projeto é muito bom, necessário, e eu fecho muito com a posição do Ver. Wambert.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Uma observação sobre o tema do lixo separado: acho que ele é supernecessário, ele garante a sobrevivência direta de 600 pessoas nos galpões. O que acontece? Eu controlei nesse final de semana lá na frente da minha casa, em Petrópolis,

cuja coleta seletiva ocorre aos sábados, terças e quintas. Sábado o caminhão do lixo não passou. E eu, muitas vezes, amarro e reamarro, porque realmente a população de rua passa, carrinhos passam. Mas o caminhão não passou, Ver. Aírto Ferronato, e ele falha muito. Essa terceirização falha. E na terça-feira não passou de novo. E eu ligo para o 156 e me queixo!

O SR. AIRTO FERRONATO: Concordo. Agora, eu faço isso quase todos os dias de coleta de lixo seletivo: eu saio com a vassoura a juntar garrafa, papel, plástico – porque depende de quem passa lá. E isso tem que acabar, porque nós não podemos conviver mais com essa situação.

Eu acredito no seguinte, Vereador: vamos dar uma retirada nele, uma suspendida para nós tratarmos de que forma fazer isso. Eu concordo que se trata de uma questão de meio ambiente, de renda e outras coisas mais, sobre as quais nós precisamos nos debruçar e ver de que forma vamos construir este projeto. Um abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, há uma discussão aqui no sentido de que ainda há possibilidade de diálogo com o autor. Então, eu requeiro que seja ouvido o plenário sobre a conveniência de adiarmos a discussão deste projeto por duas Sessões. Sendo o primeiro da ordem de priorização do dia 21 de fevereiro, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aproveito para informar aos Srs. Vereadores que amanhã, na reunião de Mesa e Líderes, nós já havíamos preparado isso, criamos um grupo de trabalho da Casa que, Ver. Marcelo Sgarbossa, em 30 dias deverá encaminhar soluções para a separação completa dos resíduos da Câmara de Vereadores. Nós devemos estar providenciando isso, inclusive com possibilidade de abertura para cooperativas que venham aqui na Casa e também nos ajudem nesse processo de destinação dos nossos resíduos. Muitas vezes o que tem acontecido é que alguns gabinetes têm feito a separação, mas, no momento seguinte, os resíduos voltam a ser misturados. Eu quero agradecer muito a prestimosa ajuda do Ver. André Carús, que, mercê da sua experiência, nos deu algumas luzes para que pudéssemos fazer isso. E estamos criando um grupo de trabalho plural, de servidores da Casa, exatamente para em 30 dias levarmos adiante essa questão. Eu espero que ainda no mês de março já tenhamos um processo de separação completa dos resíduos da Casa.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h30min.)

* * * * *